

QUESTÕES INDÍGENAS: A DEFICIÊNCIA DESSE DEBATE NO ENSINO MÉDIO

Ana Clara Ferreira Andrade, Giovanna Baptista Villa, Giovanna Guedes Angioletto, Orientadora: Cintia Ribeiro dos santos Mota

Escola Estadual Professor Francisco Pereira da Silva, Praça Uirapuru, 131 - Vila Tatetuba, 12230-002 São José dos Campos-SP, Brasil, anaclaraandradee@gmail.com, giovannabaptista788@gmail.com, angiolettogiovanna@gmail.com.

Resumo

O presente trabalho debaterá a visão dos estudantes em relação ao ensino da cultura indígena na sala de aula, como o material didático é elaborado e se é suficiente para a consolidação da aprendizagem sobre o assunto. Para alcançar o objetivo do trabalho, foram necessários estudos científicos e análises dos materiais que foram disponibilizados pela SEDUC/SP. Considerando os dados que foram levantados, acredita-se que a formação de professores é o início do caminho para que o discente tenha acesso a uma habilidade que fortaleça a importância dos povos nativos como parte da matriz cultural brasileira.

Palavras-chave: Educação, Currículo Paulista, Povos Originários.

Curso: Ensino Médio Integral

Introdução

A sociedade e cultura indígena, apesar de fundamental para a formação da identidade brasileira por ser uma das matrizes culturais do Brasil, está frequentemente sendo silenciada, negligenciada e invisibilizada, sendo tratada de forma simplista nos materiais didáticos e nas formações de professores. Este trabalho se propõe a analisar o ponto de vista dos estudantes sobre o aprendizado referente aos povos originários em sala de aula, visando investigar a adequação do material didático disponibilizado.

Para a melhor compreensão do objetivo deste trabalho foram analisadas diferentes referências bibliográficas. Para acesso à lei que inclui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena nas escolas do país, recorreu-se à informações no site do Planalto Central. Fernanda Preto e Wanda Rodrigues direcionam essa pesquisa, apresentando a importância da formação multicultural e interculturalidade dos docentes, desde a formação acadêmica, até a elaboração de atividades. Já para análise dos materiais didáticos, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo foi acessada através do material digital.

Metodologia

Por meio de uma pesquisa qualitativa e explicativa, procura-se analisar como é efetivado o ensino da cultura indígena nas escolas do Ensino Básico. Utilizou-se artigos científicos, reportagens jornalísticas, explorando assim uma pesquisa documental buscando entender o objetivo do trabalho.

Ademais, é relevante compreender a Lei 11.645/2008, que determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira nas escolas, nesse sentido documentos da Presidência Da República foram indispensáveis para a discussão que se segue.

Resultados

Observou-se a partir das pesquisas, que é fundamental para a realização deste projeto conhecer a Lei 11.645/2008, que o a Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos (2008) define da seguinte forma:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira.” (Brasil, 2008)

Observa-se a importância do debate na efetivação da implementação da lei citada acima, pois entende-se a necessidade de olhar a história afro-brasileira e indígena como pilar da cultura brasileira, muito além das questões da escravidão e genocídio, Cruz e Jesus relatam que, a lei abarca uma série de importantes questões, pois não se resume à questão da escravidão e do preconceito, já que retrata a importância do reconhecimento do negro e do índio como pilares da formação da sociedade brasileira, como sujeitos históricos que lutaram pelos seus ideais. (Cruz e Jesus, 2013)

Para que a lei 11.645/2008 seja efetivamente implementada, é imprescindível que haja uma formação adequada e abrangente dos professores sobre o tema. Essa capacitação permitirá que os educadores estejam devidamente preparados para promover a interculturalidade e integrar conteúdos referentes à história e à cultura indígena, elementos fundamentais para uma educação mais equitativa e representativa. Segundo Preto (2017), apenas recentemente os cursos de graduação para professores da educação básica passaram a incluir questões relacionadas ao multiculturalismo em seus currículos, sendo ainda de forma esporádica e pouco sistematizada.

Discussão

Analisando o Currículo Paulista na área de Ciências Humanas através do material digital, que serve como referência fundamental para os estudos em sala de aula, destacam-se, no Ensino Médio, duas habilidades relacionadas à população indígena no Brasil.

A primeira habilidade, voltada para a primeira série do Ensino Médio, articula-se com a compreensão das culturas indígenas, promovendo discussões sobre sua história, modos de vida e contribuições para a sociedade brasileira. Essa abordagem visa não apenas a conscientização sobre a diversidade cultural, mas também o desenvolvimento de uma perspectiva crítica acerca das questões sociais enfrentadas por essas comunidades. A habilidade é descrita da seguinte forma:

identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2024).

A outra habilidade referente a problemática, está disponível para a segunda série do Ensino Médio, e aborda os impactos das políticas públicas em relação a tutela das populações indígenas, desde a época do Brasil Colônia até o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), ainda expõe as questões relacionadas à Constituição de 1988 e os direitos dos povos indígenas. A habilidade é apresentada da seguinte forma:

Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade. (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2024).

É possível observar que o conhecimento produzido sobre o tema não proporciona espaços suficientes para trocas culturais efetivas no ambiente escolar. Essas limitações impedem que professores e alunos tenham a oportunidade de vivenciar e dialogar sobre as diversidades culturais de maneira significativa, comprometendo, assim, a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e enriquecedor. Preto (2017), complementa que, a formação docente se torna um caminho possível para a significativa diminuição da colonialidade sentida e vivida pelos

professores, (...) em que, por meio da interculturalidade, torna-se possível uma educação para o reconhecimento do outro.

Conclusão

Apesar dos Indígenas serem os povos originários do Brasil, ao longo dos séculos os povos passaram por um processo violento de apagamento étnico e cultural, desde a chegada dos europeus no final do século XV e suas terras tradicionalmente ocupadas, que ainda enfrentam muitos óbices para a efetivação desse direito fundamental, sendo esse um dos temas centrais de suas lutas contemporâneas. Mesmo tendo a Constituição de 1988 que estabelece os direitos dos povos indígenas e reconhecendo a ética e cultura dos povos, ainda há ausência de conhecimento da população e dos estudantes do Ensino Médio.

Observando os materiais e habilidades descritas acima, é possível perceber que falta informações referentes a etnologia indígena descrita pelo próprio povo, como ressalta, Dallari:

“Os indígenas tiveram historicamente pouco espaço no debate sobre racismo no Brasil. O próprio termo racismo vem sendo contestado, sobretudo, quando aplicado ao contexto dos povos indígenas, considerado por muitos como inapropriado (Cf. BONIN, 2014), ainda que os indígenas historicamente tenham sido tratados “como se fossem coisa”, as suas culturas desvalorizadas e qualificadas como “costumes bárbaros”, que deveriam ser deixados de lado para adotar os costumes da “civilização cristã”(Dallari, 1999, P. 255).

É possível concluir que se faz necessário uma abordagem anticolonial na formação de professores, assim como, na elaboração do material do Currículo Paulista, no qual é majoritariamente abordado na visão do homem branco em relação à cultura indígena, e de forma reduzida. Rodrigues(2015) endossa essa perspectiva esclarecendo que:

No que diz respeito à percepção dos professores quanto à sua formação, ao planejamento das suas aulas e o trato da diversidade cultural, destacamos que: mediante a complexidade que envolve a formação inicial, podemos concluir que é um desafio construir práticas formativas multiculturais no sentido de aproximar suas ações aos contextos da diversidade cultural, com o intuito de garantir aos professores práticas educativas numa perspectiva crítica que superem os preconceitos e estereótipos. (Rodrigues, 2017, apud PRETO, 2015)

Considera-se também, que esse trabalho precisa de um aprofundamento acadêmico, pois são necessários mais estudos sobre o tema.

Referências:

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Institui a obrigatoriedade da inclusão no currículo escolar de conteúdo que contemple a história e a cultura afro-brasileira e indígena.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm?msckid=0c0d30. Acesso em: 11 de ago 2024.

CRUZ, Caroline Silva; JESUS, Simone Silva. **A escola, as relações étnicas e culturais e o ensino de história: algumas reflexões sobre essa temática no PIBID.** XXVIII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e diálogo social, ANPUH. 2013. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875805_da3ebeecd373dc353f47f85ca40a3ed7.pdf. Acesso em 12 de agosto de 2024.

DALLARI. Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e os índios no Brasil.** In: DO AMARAL JÚNIOR, Alberto; PERRONE-MOISÉS, Cláudia. O cinquentenário da declaração universal dos direitos do homem. São Paulo, Edusp, 1999. p.255. Acesso em 12 de agosto de 2024.

FONTES PRETO, Fernanda. **Formação de professores, interculturalidade e educação indígena: contribuições descoloniais no espaço da escola regular.** Canoas, 2017. Disponível em <https://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/815/1/ffpreto.pdf>. Acesso 11 de Agosto de 2024

RODRIGUES, Wanda Isabel Senatore Vargas. **A escola urbana e a inclusão de alunos indígenas: os desafios do currículo em busca de um diálogo intercultural.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015. In: FONTES PRETO, Fernanda. **Formação de professores, interculturalidade e educação indígena: contribuições descoloniais no espaço da escola Regular.** Canoas, 2017.. Disponível em <https://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/815/1/ffpreto.pdf>. Acesso 11 de Agosto de 2024

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado. **Aula 4 - Diferentes narrativas e a produção do conhecimento histórico (Povos Americanos).** Centro de Mídias da Educação: Material Digital 1º ano, 1º bimestre. São Paulo. 2024. Disponível em: <<https://repositorio.educacao.sp.gov.br/>>. Acesso em 16 de Agosto de 2024

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado. **Aula 5 - Os povos indígenas e o papel do Estado republicano (v2).** Centro de Mídias da Educação: Material Digital 2ª série, 3º bimestre. São Paulo. 2024. Disponível em: <https://repositorio.educacao.sp.gov.br/>. Acesso em 16 de Agosto de 2024

Agradecimentos

Agradecemos todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho. Aos que tiveram uma participação direta ou indiretamente do desenvolvimento desta pesquisa, enriquecendo o nosso processo de aprendizado.